



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001929-17.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **NIEGE PAVANI ROGRIGUES**
 Requerido: **Itapeva II Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos.

Não há qualquer omissão, obscuridade ou contradição a ser sanada através dos presentes embargos.

No acordo das pp. 201/202 não constou qualquer ressalva sobre o prosseguimento da ação contra as demais corrés. Constatou-se do item "4", da p. 202, que *"as partes outorgam-se, reciprocamente, plena, geral e irrevogável quitação abrangendo todos os pedidos objeto desta demanda e se realizará por mera liberalidade, sem reconhecimento de culpa, abrangendo todas as despesas, objeto desta ação, sem exceções."*

Constatou-se, ainda, do item "2" da p. 201 que o corréu Banco Santander iria proceder a recompra do contrato, bem como liquidar e declarar inexistente e inexigível o débito, com a respectiva baixa da restrição em nome da autora.

Ora, se os pedidos constantes da inicial tinham como embasamento (causa de pedir) a alegada negativação indevida do nome da autora nos órgãos de proteção ao crédito e o corréu Banco Santander, além de indenizar a autora, se comprometeu a recomprar o contrato e baixar a restrição, não há motivo para o prosseguimento da ação contra as cessionárias do crédito.

Some-se que o prosseguimento da ação contra as demais corrés implicaria no reconhecimento da ilegitimidade passiva superveniente, diante dos termos do acordo. Ademais, a corré Itapeva II já havia alegado sua ilegitimidade antes da concretização do acordo, que, se acolhida, geraria os ônus da sucumbência à autora.

Assim, conheço dos embargos e **REJEITO-OS** nos moldes acima consignados.

Anotar-se no registro da sentença.

Int.

São Carlos, 01 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**